



Tasso recebe prêmio de Renato Aragão: reforma é indispensável

Governadores reclamam de privilégios e corporativismo

Na sua opinião, benefícios do setor público são os responsáveis pela falta de investimento na área social

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Governadores premiados ontem pela Unicef com o Prêmio Criança e Paz 1996 aproveitaram a solenidade para responsabilizar os privilégios e o corporativismo no setor público pela falta de investimentos na área social. O peemedebista Antônio Britto (RS), os tucanos Eduardo Azeredo (MG) e Tasso Jereissati (CE) e o pedetista Jaime Lerner (PR) pediram agilidade na votação da reforma administrativa e corte de privilégios no governo federal e nos Estados.

Ao receber do humorista Renato Aragão o prêmio pelos projetos sociais de seu governo, Britto reclamou da dificuldade de investir na área social por causa do corporativismo no setor público. "Se

os governos não tivessem de proteger tantas corporações e interesses, sobraria mais para as crianças."

Tasso reclamou da escassez de verbas para investir. "A falta de recursos vem da incapacidade de reorganizar o Estado por causa do emaranhado de leis que perpetuam privilégios no setor público." Para ele, a reforma administrativa é indispensável para acabar com privilégios.

Azeredo endossou as críticas e defendeu o Programa de Demissão Voluntária do governo federal para reduzir gastos. Ele adotou um plano que recebeu a adesão de 8 mil servi-

dores mineiros. "A economia imediata é pouca, mas a futura é significativa, com a redução da massa de aposentados públicos."

Lerner pediu agilidade na votação da reforma administrativa. Segundo ele, os servidores recebem

a maior parte dos recursos obtidos com arrecadação de impostos, mas representam só 2% da população.

**AZEREDO
DEFENDE
PROGRAMA DE
DEMISSÕES**

■ Colaborou Marcos Magalhães